

Comércio Brasil - China

Complementaridades e oportunidades

Esequiel Liuson*

COM UMA numerosa população e em crescimento econômico acelerado, ninguém mais tem dúvidas a respeito da importância da China como destino para os produtos agrícolas brasileiros. A preocupação com o abastecimento e os preços dos alimentos tem sido uma constante nos discursos dos líderes do país. Nesse contexto, o futuro das relações entre o Brasil e a China dependerá da capacidade em identificar as complementaridades e concretizar as oportunidades no campo do comércio dos produtos do agronegócio.

A China, com seus 9,6 milhões km², é o terceiro maior país em área do mundo, depois da Rússia e do Canadá, seguidos pelos EUA e pelo Brasil, que é o quinto. Entretanto, a China possui 1,7 milhão de km² de desertos, o que representa 18% da área total.

A República Popular da China conta com uma população de 1,3 bilhão e reconhece oficialmente 56 grupos étnicos distintos, sendo o maior o da etnia Han, que constitui cerca de 91,9% do total da população do país. A política do filho único, imposta pelo governo no fim da década de 1970, consiste numa lei segundo a qual ficou proibido a qualquer casal ter mais de um filho. Casais que têm mais de um filho são punidos com severas multas. Existem hoje cerca de 80 milhões de filhos únicos na China. Apesar disso, as regras oferecem uma série de exceções. Em grande parte da área rural, a maioria das famílias pode ter um segundo filho, principalmente se o primeiro for mulher. Consequentemente, observa-se um envelhecimento da população, o que cria sérios problemas na previdência. Com a política do filho único e o aumento da expectativa de vida, é cada vez menor a relação entre trabalhadores contribuintes por aposentado.

Na última década, as cidades chinesas cresceram a uma taxa média de 10% ao ano. Os índices de urbanização aumentaram de 17,4% para 46,8% entre 1978 e 2009, uma escala sem precedentes na história humana. Entre 150 e 200 milhões de trabalhadores temporários migrantes vão para as grandes cidades e voltam para casa, no campo, periodicamente. A diferença de desenvolvimento econômico entre as áreas urbanas e o interior, ainda predominantemente agrário e de baixa renda, é exacerbada, pois os investidores preferem áreas com melhor infraestrutura e trabalhadores mais qualificados.

A China é o maior consumidor de energia do mundo, mas depende do carvão para fornecer 70% das suas necessidades energéticas. Tudo isso, juntamente com uma regulamentação ambiental deficiente, leva a uma poluição maciça do ar (a China tem 20 das 30 cidades mais poluídas do mundo). Por conseguinte, o governo prometeu aumentar a utilização de energias renováveis com uma meta de atingir 30% do consumo total de energia até 2050.

Apesar da rápida urbanização, a China é o segundo maior produtor de grãos do mundo (530 milhões de toneladas/ano) e o maior consumidor, buscando manter-se autossuficiente. Com o aumento de renda da população, os consumidores podem pagar mais por proteínas cárneas e produtos lácteos. No entanto, para produzir uma única caloria de carne, são necessárias várias calorias de grãos, portanto o consumo total de grãos da China aumentou cerca de 2% ao ano em média desde 1980.

Ser o maior consumidor de alimentos do mundo significa que qualquer movimento na posição exportadora da China é suficiente para alterar os mercados globais. Até 1995, a China era um exportador líquido de soja. Em 2010, 58% das

exportações globais de soja foram para a China. Em 2003, a China exportou 16 milhões de toneladas de milho, mas em 2010 importou 1,5 milhão de toneladas, e este ano estimativas apontam que aumentarão ainda mais as importações, alcançando nove milhões de toneladas.

A capacidade chinesa para atender à demanda crescente de grãos com a produção doméstica está chegando ao limite. É improvável que a China se mantenha autossuficiente a médio prazo, pois a área de produção é limitada, sua expansão improvável, e restam poucos ganhos de produtividade a serem encontrados. Por exemplo, os produtores de trigo da China já são 51% mais eficientes do que os dos Estados Unidos, segundo o Departamento de Agricultura dos EUA. Além disso, o excesso de bombeamento para irrigação da planície Norte, principal região do país para cultivo de trigo e milho, tem impulsionado artificialmente a produção nos últimos anos, porém, qualquer diminuição neste sistema poderá levar a um colapso.

A importância da China é também refletida por meio da sua posição de segunda maior economia do mundo, com o PIB de US\$ 10,084 trilhões. É a economia com mais rápido crescimento, o segundo maior exportador e o terceiro maior importador de mercadorias do globo.

A China é o segundo maior destino das exportações agrícolas brasileiras, depois da União Europeia. Importa US\$ 7,4 bilhões/ano e, além de ser um mercado ávido por abastecimento, torna-se um consumidor cada vez mais exigente. As exportações brasileiras para a China demonstram a forte demanda chinesa por produtos básicos. As vendas concentraram-se em dois produtos: minério de ferro (US\$ 7,0 bilhões), e soja em grão (US\$ 6,34 bilhões).

SXCHU



A China é um dos países que mais elevaram as importações agrícolas nos últimos anos, ampliando as aquisições de US\$ 28,0 bilhões em 2004 para US\$ 58,3 bilhões em 2008, com uma taxa média anual de crescimento das importações de 20,2%. Em 2009, as exportações brasileiras agrícolas para a China elevaram-se em 19,1%, atingindo a cifra de US\$ 7,4 bilhões. A soja em grão é o principal produto agrícola de exportação para o País. Representou 85,4% do valor total exportado em produtos agrícolas. O segundo maior produto de exportação para a China, também do complexo soja, foi o óleo de soja, com US\$ 398,9 milhões. Dessa forma, os produtos do complexo soja responderam por mais de 90% do total das vendas de produtos agrícolas brasileiros para a China.

O momento atual é especialmente propício para o Brasil consolidar e diversificar a pauta dos produtos agrícolas que pretende exportar para a China. A China pode buscar no Brasil um parceiro, abundante em *commodities*, para abastecer seu mercado interno, além de garantir internamente a estabilidade dos preços dos alimentos.

Uma das principais dificuldades para os avanços encontra-se no campo das negociações sanitárias e fitossanitárias. O processo de habilitação, dos produtos e de empresas exportadoras, é composto de diversas etapas, com exigências técnicas específicas e detalhadas, o que, muitas vezes, dificulta o acesso dos produtos

brasileiros. Paralelamente à preocupação com o abastecimento, a China torna-se um mercado cada dia mais exigente também quanto à inocuidade dos alimentos. A *Food Safety Law* veio em resposta aos consecutivos escândalos de contaminação dos alimentos que estão alardeando a população. A contaminação do leite com melamina e o uso ilegal de clembuterol em suínos são exemplos de episódios que recentemente ganharam destaque na imprensa local.

Este panorama atual do mercado doméstico chinês demandará cada vez mais, dos produtores e exportadores, juntamente com o governo brasileiro, eficiência não só na preservação da qualidade na produção dos alimentos, mas, além disso, na capacidade de demonstrar as garantias de segurança do produto oferecido com transparência e agilidade.

Como resultado da recente visita da presidente Dilma Rousseff e do ministro da Agricultura, Wagner Rossi, a Pequim, que coincidiu com a reunião dos Brics, em abril de 2011, foi possível avançar, com a autorização dada aos primeiros três estabelecimentos brasileiros para exportarem carne suína para a China e a concordância em acelerar o andamento do registro de novos estabelecimentos brasileiros de carne de aves e de bovinos.

No campo do comércio exterior agrícola do Brasil com a China, podemos esperar, ainda para este ano, resultados concretos. A regulamentação para expor-

tações de milho, a abertura para exportações de folha de tabaco dos Estados da Bahia e de Alagoas, a exportação de embriões e sêmen de bovinos, além de frutas cítricas, são conquistas que podem estar próximas. Para os quatro setores estão previstas, ainda para 2011, visitas de delegações de técnicos chineses ao Brasil para dar continuidade aos processos de habilitação dos produtos, parte fundamental para o acesso ao mercado chinês.

Existe também a expectativa de ocorrerem, ainda este ano, conforme consta no Plano de Ação Conjunta (PAC) 2010-2014, aprovado em 2010, pelos presidentes Lula e Hu Jintao, duas reuniões: a da Subcomissão de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena e a da Subcomissão de Agricultura. Ambas as subcomissões integram a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban). Esses encontros das autoridades de elevado nível de ambos os países sempre alavancam avanços no comércio bilateral dos produtos agrícolas.

A impressão que se tem aqui da capital chinesa é que as autoridades do mundo todo estão chegando em caravanas, buscando estreitar os laços com suas contrapartes chinesas. E, nessa corrida de obstáculos, o Brasil deu um grande passo na bem-sucedida visita da senhora presidenta da República à China em abril deste ano. Conviria aproveitar o momento de intensificação dos contatos com o governo chinês para incentivar a realização de importantes encontros e atividades da agenda bilateral.

Ninguém tem dúvidas a respeito da importância da China como destino para os produtos agrícolas brasileiros. A manutenção do acesso a esse grande mercado, a sua ampliação, diversificação e consolidação exigem de nós a capacidade de continuamente identificar as complementaridades, aproveitar as oportunidades e superar os desafios. ■

Este artigo reflete a opinião do autor e não das instituições que representa.

*Médico Veterinário, Fiscal Federal Agropecuário, Adido Agrícola em Pequim